

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Condições de trabalho docente no ensino superior.

Eliana Monteiro Moreira y Maria da Salette Barboza de Farias.

Cita:

Eliana Monteiro Moreira y Maria da Salette Barboza de Farias (2009). *Condições de trabalho docente no ensino superior. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2053>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/Q2a>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Condições de trabalho docente no ensino superior

Eliana Monteiro Moreira

Professora Doutora /Universidade Federal da Paraíba/Brasil.

emmoreira@uol.com.br

Maria da Salete Barboza de Farias

Professora Doutora /Universidade Federal da Paraíba/Brasil.

runasluz@gmail.com

Resumo: O estudo focaliza reflexões acerca do processo de globalização e seus desdobramentos sobre a precarização do trabalho e as condições de vida dos diversos segmentos sociais, aumentando as desigualdades sociais e educacionais. Interessa-nos conhecer as suas reverberações, sobretudo, no âmbito da formação e da prática acadêmica. O nosso estudo incide sobre os docentes do ensino superior com o objetivo de analisar o cotidiano desses profissionais, buscando apreender de que forma as condições de trabalho vem interferindo na qualidade da prática educativa e da reflexão acadêmica. Busca também identificar as estratégias e ações utilizadas para o enfrentamento dos desafios encontrados. A metodologia utilizada pautou-se pela abordagem qualitativa priorizando a entrevista com roteiro temático por esta viabilizar o acesso ao universo de significados, motivações, valores e ações dos sujeitos envolvidos no trabalho docente. A importância desse estudo se situa no fazer dos seus resultados, metas para se repensar o ensino superior e o seu reatamento qualificado nas condições de trabalho e na qualidade do ensino,

contribuindo dessa forma para minimizar as desigualdades sociais. Os resultados parciais vêm sinalizando o quanto este cotidiano vem sendo permeado pela lógica produtivista, onde o tempo do docente tem sido prioritariamente absorvido pela pulverização de atividades, condições materiais inadequadas, comprometimento das sociabilidades pelo crescer da competitividade entre os pares, excesso de turma e de alunos, entre outros.

Palavras-chave: Globalização. Condições de trabalho docente. Ensino superior.

Introdução

Abundantes são as pesquisas e estudos atuais centrados no enfatizar os efeitos perversos provocados pelo processo de globalização no que se refere a precarização do trabalho docente. Contudo, diante da complexidade e da mutabilidade que envolve tal tema, sentimo-nos cada vez mais instigadas a nos debruçar diante de novas frentes de busca, em torno de aspectos ainda inexplorados, ou não suficientemente aprofundados, exigindo assim do pesquisador uma “parada” no sentido de melhor apreender os efeitos que a globalização vem provocando no mundo trabalho e suas reverberações sobre o campo pedagógico no ensino superior. No bojo dessa dinâmica, são trazidas ao debate discussões colocando em questão os processos de flexibilização e precarização do mundo trabalho e dando especial atenção aos seus efeitos sobre as políticas e práticas de formação, quer no âmbito da educação básica quer no âmbito da educação superior.

Os educadores formulam críticas ao modelo de formação que recebem e as condições em que desempenham as suas atividades pedagógicas: muitas vezes o que vem sendo transmitido, não corresponde às exigências e aos desafios da sociedade contemporânea, demarcada por radicais transformações no setor produtivo. Soma-se a isso, igualmente, os processos de desmonte das práticas/experiências vivenciadas pelos docentes expressando cada vez mais os impactos dessa nova realidade. É consensual dizer, entretanto, que o contexto decorrente dessa nova configuração social tem provocado o surgir de novas sociabilidades e exigido das agências formadoras não somente outras competências e habilidades, como paradoxalmente, a indicação de uma nova lógica de integração, em função de necessidades e demandas de caráter coletivo para fazer face ao ritmo

da concorrência e competitividade estimulado por esta onda de transformações. Estas práticas assegurariam aos educadores um atuar com qualidade e de forma crítica. Contudo, outro vem sendo o quadro apresentado pela realidade.

No Brasil, estudos de Bosi (2007), Pinto (2002) entre outros, identificam e problematizam os principais aspectos da precarização do trabalho docente no ensino superior. Bosi (2007) indica como expressões da precarização o crescimento da força de trabalho associado às condições de trabalho e de contrato; a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições Federais de Ensino Superior –IFES; como também a adoção de critérios exclusivamente quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente. Pinto (2002) coloca ainda a flexibilização contratual das relações de trabalho como um dos elementos mais expressivos dessa precarização/desqualificação porque vem passando o trabalho docente..

Dentro desse *continuum* de “ataques” ao trabalho docente, não podemos deixar de fazer referência ao que vem ocorrendo a partir da década de 1990, como é o caso do papel assumido pelas agências internacionais de fomento e financiamento no auxiliar o desencadeamento das reformas nos sistemas educacionais de vários países da América Latina. A esse respeito, Oliveira (2003; 2004) mostra como as reformas educacionais recentes têm provocado a reestruturação no trabalho pedagógico e acadêmico.

As ações governamentais do Ministério de Educação e Cultura - MEC, ao interferir nas estruturas das instituições superiores que formam professores, sobretudo das universidades públicas para atuarem na educação básica, indicam a necessidade de uma formação do sujeito como participante de um mundo globalizado e complexo. Esta discussão traz também em seu cerne o problema da qualidade na formação docente, ou seja, formar não somente para saber ministrar conteúdos, mas, sobretudo estimular a reflexão, a crítica e o aprendizado mais amplo do aluno. O que o estudo vem revelando é que esta é uma outra frente que devido às condições atuais de desmonte do espaço docente não vem sendo absolutamente efetivado de forma devida.

No parecer de Pimenta (1999) “a educação não só retrata e reproduz a sociedade, mas também projeta a sociedade desejada [...] buscando responder aos desafios das demandas que os contextos lhes colocam” (PIMENTA, 1999, p. 13). A exigência de formação superior para todos os professores da Educação Básica, estabelecida no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/1996, vem consolidar tal preocupação: “A formação de docentes para

atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura de graduação plena em Universidades [...]”.

Tendo conhecimento de tal situação torna-se pertinente uma pesquisa que nos permita desvendar e compreender os desafios da realidade do trabalho. Nossas buscas se desenvolvem no sentido de apreender o que de novo vem interferindo sobre a formação, a prática docente do ensino superior para termos uma visão de como vem se expressando as modificações que afetaram o cenário do trabalho e sua incidência sobre o cotidiano dos profissionais envolvidos com atividades acadêmicas.

Contextualizando a intensificação das condições de precarização da prática docente

A globalização coloca-se como um dos temas que há muito vem ocupando o centro de debates de campos de estudos os mais diversos, voltados para entender que seus efeitos se capilarizam nas dimensões da vida das sociedades. Não sem perplexidade acompanham-se, através das falas de autores renomados, análises sobre a onda avassaladora de seus impactos marcando a realidade dos povos. Nenhuma sociedade tem sido poupada das suas conseqüências que se espriam em nível planetário. O que faz a diferença é a diversidade com que estas se manifestam, pois uma das características desse processo é a quebra das fronteiras espaço/tempo como muito bem lembra Harvey (1992), fazendo-as assim onipresentes e, por isso mesmo, “unificando” as histórias das sociedades quer próximas, quer as mais distantes. Sobre essa diversidade Santos (2002) adverte que o impacto causado nas estruturas e práticas nacionais e locais, se aparentemente monolítico, é de fato, contraditório, desigual e heterogêneo.

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros [...] e ao aumento exponencial das desigualdades sociais [...] das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado (SANTOS, 2002, p.11).

Nesta mesma linha de ponderação sobre o processo de globalização, assim argumenta Ianni (2000) como sendo,

[...] vários e encadeados os processos que caracterizam a globalização do capitalismo desde a acumulação originária à concentração e centralização do capital; do desenvolvimento quantitativo e qualitativo das forças produtivas ao desenvolvimento e à modernização das relações de produção; da nova divisão internacional do trabalho e da produção à constituição do mercado mundial, influenciando ou articulando mercados nacionais e regionais; das formas singulares e particulares do capital ao capital em geral (IANNI, 2000, p. 180).

A educação neste cenário é considerada estratégia política relacionada ao desenvolvimento econômico e à integração social, conferindo em tese, a capacidade de proporcionar aos indivíduos as ferramentas necessárias para participar da economia moderna. Numa perspectiva mais ampla, Kuenzer (1998) adverte que as configurações da nova realidade econômico-político-social, dimensionada pela flexibilização do trabalho, apontam para novos desempenhos dos professores, onde seriam sujeitos participativos, respondendo aos interesses da nova ordem capitalista [...]. Os estudos vêm demonstrando que os efeitos da globalização econômica não se refletem apenas no nível macro da realidade. Eles penetram igualmente de forma perversa o universo mais íntimo das subjetividades através do comprometimento das sociabilidades, nas desvinculações/desinserções provocadas pelo nomadismo ocupacional, no descompromisso com o outro, na fragilidade das ações coletivas, na falta de ética e solidariedade.

Druck (2002) analisando o processo de transformação que vem atingindo o universo do trabalho, a partir do ideário neoliberal que dá sustentação ao processo de globalização em curso, demonstra que neste quadro de desenvolvimento e modernização, surge paralelo e, paradoxalmente a ele, a expansão crescente do trabalho flexível e precarizado em todos os lugares e instituições, afetando a dinâmica e as subjetividades dos sujeitos trabalhadores. Castells (1998, p.157) adverte que nesta fase do capitalismo é imperante o clima de inquietação e medo em relação à manutenção do emprego, mesmo que as condições de trabalho sejam precarizadas. Neste sentido, cabe-nos registrar que a perda dos direitos sociais da classe trabalhadora neste período de acumulação flexível remonta da falência do bem-estar social cujos modos de organização inspirados nos

princípios do taylorismo e do fordismo, reaparecem com nova roupagem, a da flexibilização, levando os atores sociais à vivenciarem uma situação crítica e complexa.

Para esta mesma autora (DRUCK,2002), um dos aspectos destacados desta realidade é a “dupla transformação do trabalho aparentemente paradoxal”: de uma parte, novos modelos de organização e gestão a exigirem estabilidade e envolvimento do sujeito no processo de trabalho, bem como sua autonomia, iniciativa, comunicação, integração; e de outra, os vínculos empregatícios se tornando mais precários, expressos na proliferação de trabalhos parciais e temporários, em conteúdos do trabalho rotinizados, com excessiva ênfase no produtivismo etc. Tudo isso que vem ocorrendo em todo o mundo, é característico da ofensiva capitalista sobre o trabalho, tendo nas exigências de flexibilização, eficácia, excelência e da polivalência as principais demandas do mundo do trabalho tecnologizado.

Assim, podemos dizer que o desmonte do trabalho docente pode ser definido como consequência do contexto neoliberal mais amplo envolvendo o processo de globalização e todo o séqüito de consequências por ele produzido: novas tecnologias de informação e comunicação, nova reordenação do processo de automação em nível internacional, processos esses responsáveis pela modificação da estrutura produtiva e a re-organização do trabalho.

Se o trabalhador em geral vem sofrendo diretamente os reflexos desta nova realidade exigida pela acumulação flexível, o que se tem observado é que na educação superior não tem sido menores estes reflexos. Estas constatações que vem permeando o cotidiano dos espaços de ensino superior também são analisadas por Mancebo (2005). Ao observar a situação do trabalho docente nas instituições de ensino público, comenta o autor:

[...] (sub) contratações temporárias de professores. Sobre esse aspecto é necessário destacar que a precarização intensifica o regime de trabalho, aumenta o sofrimento subjetivo, neutraliza a mobilização coletiva e aprofunda o individualismo, atingindo, obviamente, não somente os trabalhadores precários, mas carreando grandes consequências para a vivência e a conduta de todos aqueles que trabalham nas IES (MANCEBO, 2005, p.11).

Assim, algumas questões nortearam as nossas buscas. Em que os aspectos provocados pelos processos de precarização e flexibilização vêm cindindo o cotidiano acadêmico, no controle e autonomia do docente em relação ao seu trabalho; nas oportunidades que se abrem para as atividades de formação, atualização de conteúdos; nas possibilidades de participação em eventos. Em que este cotidiano tem zelado pela maior valorização de suas práticas e no maior reconhecimento social? Em que tem possibilitado uma melhor qualidade nas relações entre pares e nas relações dos docentes com o público alvo de suas práticas? Como o docente vê as suas condições de trabalho? Que recursos técnicos didáticos ele conta como suporte para a fixação dos seus conteúdos acadêmicos? A sua carga horária vem se apresentando adequada para atender as exigências do trabalho acadêmico de qualidade?

Na sessão seguinte apresentamos o resultado parcial do tentar responder algumas destas questões.

Reverberações das condições do trabalho docente no ensino superior: produção ou (re)criação?

A seguir procuraremos dar destaque aos aspectos colocados pelos sujeitos entrevistados nesta primeira fase da pesquisa, referente às condições de trabalho que vem traduzindo a realidade acadêmica. No tratamento das questões procuramos agrupá-las primeiro levando em consideração os aspectos sinalizados pelos sujeitos como os que se destacavam como responsáveis pelo desmonte do trabalho docente nos últimos anos. Neste processo, fomos observando a aglutinação das respostas em torno do denunciar a prevalência da lógica produtivista sendo o tempo do docente absorvido pelo volume de atividades, produções, pressionado para atingir metas de pontuações definidas/impostas pelos órgãos de fomento de ensino. É em cima destes critérios que as avaliações são feitas e estabelecidas a eficácia do docente. O sujeito docente passa a valer pelo volume do que produz em detrimento da qualidade e da sua criatividade.

As falas dos docentes denunciaram a precarização de outra dimensão não menos significativa. – aquela relacionada a subjetividade com destaque as dificuldades pessoais de vivenciar sua sociabilidade cerceada em ter que priorizar e atender essas exigências impostas atualmente. Nos depoimentos há uma crítica ao individualismo que vem alimentando a prática

docente colocando num ritmo aviltante para dar conta deste perfil: os recursos tecnológicos vão sendo altamente dependentes pelos docentes como prioridade nas suas atividades acadêmicas e nisso eles passam a ser responsáveis pela fragilização da reflexão e da crítica no evitar o aprofundamento sobre a realidade social, sua articulação com a prática pedagógica. Os recursos tecnológicos respondendo hoje pela “eficácia” da prática acadêmica, a instituição não disponibilizando cabe ao docente, por seus próprios meios, se “organizar” materialmente para provê-los: são exemplos as providências tomadas pelos docentes no ter que dispor dos seus próprios meios eletrônicos para servir de suporte as suas atividades em classe. Por vezes resta aos docentes desenvolverem as suas próprias condições de trabalho combinando, conforme Bosi (2007) “competição”, “empreendedorismo” e “voluntarismo”.

Por outro lado, houve unanimidade também nos depoimentos no destacar outro aspecto de fundamental importância: o descrédito ressentido pelos docentes recaindo não apenas sobre as questões materiais e estruturais, mas, sobretudo, pela falta de reconhecimento e de valorização que ronda os profissionais da educação. Agrava-se a essa situação por um individualismo exacerbado responsável pelo comprometimento dos relacionamentos pela busca de competitividade e concorrência, esvaem-se também nessas falas os espaços coletivos de discussão sobre esses problemas que vêm corroendo o dia a dia dos docentes pela falta de tempo no participar de uma reflexão sobre os mesmo, participar também das discussões pedagógicas por conta da sobrecarga de trabalho.

Sem dúvida com a pulverização das atividades de trabalho, a flexibilização do tempo segundo o volume de produção tem trazido igualmente conseqüências para os sujeitos envolvidos no processo e para a formação a qual são designados. A esse embate competitivo entre o mundo individual e o mundo social, entre o produzir mais, e mais muitas vezes em detrimento da ética e da solidariedade, Frigotto (2002) denomina de “canibal individualismo”. Trazendo-se para o campo pedagógico pode-se verificar que o produtivismo tem levado os professores tanto da educação básica, como da educação superior, serem contaminados pela mesma lógica ao se preocuparem mais com a quantidade dos trabalhos a produzir, sem igual zelo pela sua qualidade. Isto conforme anunciamos vem contribuindo para a fragilidade dos processos reflexivos e, conseqüentemente, o seu impacto sobre o empobrecimento da qualidade do ensino.

A esse respeito Chauí (1999), já advertia para o que ela caracterizou de universidade operacional “[...] o aumento insano de horas-aula [...] a avaliação pela quantidade das publicações,

colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc, virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age” (CHAUI,1999, p. 3

Vale destacar ainda como indicadores de precarização sinalizado pelos professores o excesso de alunos nas turmas, pois isto vem inviabilizando uma prática docente cuidada, de qualidade, sendo por isso mesmo, um dos fatores desagregador de sua autonomia e satisfação.

Essas foram algumas das constatações que indicaram frentes de estudos ricas a serem aprofundadas para nos dar um primeiro perfil de como vem se dando o aviltamento do cotidiano do trabalho docente no ensino superior, diante desses impasses, desafios, provocados pelo desmonte maior que o trabalho vem conhecendo nesses últimos anos.

Referências

- BRASIL. Lei 9394/96 de 20.12.96 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília (DF): Diário Oficial da União, nº 248 de 23.12.96.
- BOSI, A. P.A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação e Sociedade*, 101 (28), 1503-1523. 2007.
- CHAUI, M. A universidade operacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 maio 1999. *Caderno Mais!*
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1. 1998.
- DRUCK, G. “Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho”. In: *Caderno CRH/UFBa*. 2002.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 1992.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão . In FERREIRA, N. S. C. (org) *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez. 1998.
- MANCEBO, D. Trabalho docente: subjetividade e sobreimplicação. *Reflexão & Crítica*. Porto Alegre: UFRGS. 2005.
- OLIVEIRA, D. A. *As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.
- OLIVEIRA, D.A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127- 1144, set./dez. 2004.
- PINTO, M.B. Precarização do trabalho docente: a educação como espaço de acumulação do capital. *Universidade & Sociedade*, Brasília, DF, V. 11, n. 27, p. 55-61, jun. 2002.
- PIMENTA, S. G. (org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez.1999.
- SANTOS, B. S. *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2ª.ed. São Paulo: Cortez. 2002.